

TRABALHO



OPINIÃO

**PAULO PEREIRA DA SILVA (Paulinho)**  
Presidente da Força Sindical



**Mudar a Previdência sem retirar direitos!**

A Força Sindical, assim como as demais Centrais, sempre se colocou contrária à retirada de direitos dos trabalhadores. Após a reunião do último dia 16, chamada pelo presidente interino Michel Temer para discutir com os sindicalistas e membros do novo governo a Previdência Social, começamos a ver, enfim, uma luz no fim do túnel.

Dessa reunião foi tirado um grupo de sin-

dicalistas que, a partir de hoje, 19, reúnem-se com representantes do governo para que, no prazo de 30 dias, uma proposta sobre o tema seja apresentada.

Temos estas propostas e queremos debatê-las com o governo. Mas deixamos claro para o presidente e para os ministros que participaram da 1ª reunião que não aceitaremos mudanças nos direitos adquiridos dos

trabalhadores, e que somos contrários à implantação de uma idade mínima para efeito de aposentadoria. O ponto positivo para um bom começo na questão Previdência foi justamente a abertura de diálogo, por parte do governo, com as Centrais.

Insistimos na tese que valorizar as aposentadorias é uma forma objetiva de se distribuir renda. Chega de reformas alinhavadas nos bastidores, por detrás dos holofotes, que tenham por objetivo suprimir direitos.

Queremos ampliar direitos, não reduzi-los. E o diálogo, culminando com uma decisão de consenso, é a forma viável para que nossos anseios sejam alcançados.

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

**Centrais iniciam debate hoje com o governo**

**Será elaborada uma proposta em até trinta dias, mas a Força Sindical já deixou claro que não aceita mexer nos direitos adquiridos**

Será realizada hoje, 18, às 9 horas, em Brasília, a primeira reunião do grupo de trabalho formado por representantes das Centrais Sindicais e o governo para discutir a Previdência Social e apresentar uma proposta em até trinta dias. "Não vamos aceitar mudanças nos direitos adquiridos de quem está no mercado de trabalho. Temos propostas e queremos debatê-las, mas sem a retirada de direitos", afirmou Paulo Pereira da Silva, Paulinho, presidente da Força Sindical e deputado federal pelo Solidariedade-SP. Paulinho quer debater a Previdência por fatias. Segundo ele, "a Previdência do setor privado não tem problema, já a do setor rural tem rombo oriundo dos anos 80, assim como a Previdência do setor público".

A criação do grupo de trabalho foi acertada entre sindicalistas e o presidente Michel Temer durante reunião realizada no dia 16, no Palácio do Planalto, junto com os ministros Eliseu Padilha (Casa Civil), Henrique Meirelles (Fazenda) e Ronaldo Nogueira (Trabalho). Pela Força Sindical vão integrar o grupo de trabalho o secretário-geral da Força, João Carlos Gonçalves, Juruna, e o presidente licen-



Foto: Daniel Cardoso

**Paulinho:** "Não vamos aceitar mudanças nos direitos adquiridos de quem está no mercado de trabalho"

ciado do Sindicato Nacional dos Aposentados, João Batista Inocentini.

As Centrais já deixaram claro ao governo que não aceitam a fixação da idade mínima para aposentadoria. Na 6ª feira a Força divulgou uma nota oficial considerando estapafúrdia a ideia de implantar a idade mínima. "É inaceitável, pois prejudica quem ingressa mais cedo no mercado de trabalho, ou seja, a maioria dos trabalhadores.

Vale lembrar que o último governo já fez mudanças na Previdência que só resultaram em prejuízos para os trabalhadores", diz a nota.

De acordo com a nota, a regra 85/95 progressiva, implantada por Dilma, vai dificultando cada vez mais a aposentadoria. Esta fórmula torna praticamente impossível a aposentadoria para as pessoas com idade inferior a 65 anos.

CAMPANHA SALARIAL



**Auxiliadora:** " Caso não haja acordo nos próximos dias, paramos as empresas"

**Trabalhadores lutam por aumento real de salário**

Os setores de Instrumentos Musicais e de Brinquedos deram início às negociações salariais, na semana passada, com o setor patronal. Segundo Maria Auxiliadora, presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Instrumentos Musicais e Brinquedos, os patrões estão intransigentes e alegam que a crise não permite que seja fechado acordo com aumento.

"Ao contrário do que diz o patronal, a indústria nacional desses setores teve, segundo o Dieese, um aumento de 15% na produção em razão da alta do dólar e da conseqüente baixa nas importações. Uma contraproposta de 1% de aumento real + INPC integral, e a manutenção das cláusulas sociais, foi enviada aos patrões para uma nova tentativa de acordo. Caso não seja fechado um acordo nos próximos dias, vamos parar as empresas", disse Auxiliadora.

REFEIÇÕES COLETIVAS



**Freitas:** "A classe trabalhadora não pode ser sacrificada ou responsabilizada pela incompetência da administração pública"

**Categoria e patrões fazem negociações salariais**

Hoje (18) será realizada a 2ª reunião da Federação dos Trabalhadores em Refeições Coletivas do Estado de SP (Fetercesp) e sindicatos de Refeições Coletivas do Estado de São Paulo com os patrões para negociar a Convenção Coletiva da categoria. "A 1ª reunião, no dia 12, após a entrega da pauta de reivindicações, não foi produtiva", declara Carlos Alberto Freitas, presidente da Federação. Segundo ele, a crise política e econômi-

ca foi usada pelas empresas como temática dessa 1ª reunião, sem colaborar em nada para desenvolver o que realmente interessa à categoria de Refeições: o reajuste salarial.

"A Fetercesp sabe que a atual recessão vem prejudicando tanto a produção industrial quanto a de serviços, mas entende também que a classe trabalhadora não pode ser sacrificada ou responsabilizada pela incompetência da administra-

ção pública", afirma Freitas.

"É fato que passamos por uma crise, mas é fato também que esta crise não foi criada pelos trabalhadores. Sendo assim, vamos intensificar nossa luta por aumento real, ou seja, acima da inflação. Esperamos progredir nas discussões sobre o reajuste salarial e outras garantias aos trabalhadores do Setor de Refeições Coletivas do Estado de São Paulo", destaca Freitas.